



CARNAVAL

Local funcionava 24h por dia e suspeita é de curto na rede elétrica. Vinte e um funcionários se machucaram

Fábrica incendeia no Rio; 10 feridos graves

» FABIO GRECCHI

Vinte e uma pessoas ficaram feridas, sendo 10 em estado grave, no incêndio de uma fábrica que confecciona fantasias para escolas de samba, em Ramos, na Zona Norte do Rio de Janeiro. O local funcionava sem o alvará do Corpo de Bombeiros (tinha apenas o da Prefeitura) e depois de terminado o rescaldo, por volta das 15h30, foi interditado. O fogo começou pelas 8h e imagens que correram as redes sociais mostravam pessoas desesperadas, tentando fugir pelos basculantes de ferro — alguns deles protegidos por grades.

A provável causa do incêndio seria a precariedade e o subdimensionamento da instalação elétrica. Artesãos, aderecistas e costureiras relataram que a confecção trabalhava 24 horas por dia, em três turnos, para dar conta da demanda das escolas, a poucos dias dos desfiles, que começam dia 28. A quantidade de aparelhos elétricos ligados e funcionando sem descanso teria sobrecarregado a fiação, que não aguentou, aqueceu e incendiou. Várias pessoas, inclusive, dormiam na fábrica devido ao grande volume de trabalho.

A Maximus Confeções, na Rua Roberto Silva 145, fazia fantasias para escolas de samba da Série Ouro — principal grupo de acesso à elite das agremiações do carnaval carioca — e da Série Prata, cujos desfiles são na passarela da Intendente Magalhães, em Madureira, na Zona Norte da cidade. Toda a produção que seria entregue ao Império Serrano, à Unidos de Bangu e à Unidos da Ponte foi destruída. A União do Parque Acari e a União da Ilha do Governador também perderam adereços, roupas e fantasias.

Os feridos foram distribuídos por cinco unidades hospitalares. Dez seguiram para o Hospital Estadual Getúlio Vargas, sendo que oito em estado grave, e quatro foram para o Souza Aguiar, com dois gravemente feridos. Para a Coordenação de Emergência Regional (CER)

Reprodução/Redes sociais



Funcionários quebraram os basculantes à espera do socorro e para não respirar a fumaça tóxica, que se espalhou pelo galpão, consumido pelo fogo

Tânia Rego/Agência Brasil



Prédio da Maximus Confeções foi interditado para ser periciado e porque corre o risco de desabar

da Ilha do Governador, dois foram levados; três tiveram de ser removidos para o Hospital Federal de Bonsucesso; dois para o Hospital Municipal Salgado Filho.

Más condições

Hugo Júnior, presidente da Liga RJ — que administra o desfile das escolas da Série Ouro

—, reconheceu as más condições de trabalho na Maximus Confeções. Disse, ainda, que há um projeto para erguer uma fábrica do samba, com

instalações adequadas e capazes de suportar o trabalho intenso no período que antecede o carnaval.

Para que as escolas mais atingidas não sejam prejudicadas, o prefeito Eduardo Paes (PSD) afirmou que, este ano, não haverá rebaixamento na Série Ouro. “Conversei agora com o presidente Hugo Júnior. Tomamos a decisão de que as escolas não serão rebaixadas. Havendo possibilidade de desfilar, as três (Império Serrano, Unidos de Bangu e Unidos da Ponte) serão consideradas *hors concours*”, publicou Paes no X (antigo Twitter).

A fábrica foi interditada a fim de preservá-la para a perícia e, também, porque corre risco de desabar, conforme constatou a Defesa Civil Municipal. A 21ª Delegacia de Polícia (Bonsucesso) e o Ministério Público do Trabalho investigam as razões do incêndio.

VIOLÊNCIA

Quatro baleados em tentativa de prender traficante

Quatro pessoas foram baleadas em um tiroteio entre policiais e traficantes na região de Vigário Geral e Parada de Lucas, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Os agentes fizeram uma operação, com base em informações levantadas pelas inteligências das corporações, para tentar prender **Álvaro Malaquias Santa Rosa, o Peixão**, chefe da venda de drogas no chamado Complexo de Israel e um dos criminosos mais procurados da cidade.

Como resultado da operação, a Avenida Brasil e a Linha Vermelha foram interditadas por, pelo menos, uma hora. Nas redes sociais, vídeos mostravam pessoas retidas no trânsito se protegendo junto à mureta que divide as pistas de subida e descida das vias. É possível escutar, por trás das narrações, uma intensa troca de tiros.

Um helicóptero do Grupamento Aeromóvel, da Polícia Militar, que dava cobertura aos agentes em terra, foi atingido e teve de realizar um pouso de emergência no Complexo Naval de Abastecimento da Avenida Brasil, da Marinha, junto à Avenida Brasil. Ninguém na aeronave se feriu. As quatro pessoas que se

Evangélico e brutal

O traficante Álvaro Malaquias Santa Rosa, o Peixão, de 38 anos, ficou conhecido por ter “criado” um complexo para o Hospital Municipal Getúlio Vargas e outras duas para o Hospital Adão Pereira Nunes, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. De novo os policiais encontraram dificuldades

machucaram foram atingidas por balas pouco depois que o conflito começou — duas tiveram de ser levadas para o Hospital Municipal Getúlio Vargas e outras duas para o Hospital Adão Pereira Nunes, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. De novo os policiais encontraram dificuldades

Fotos: Reproduções/Redes sociais



Motoristas retidos no tráfego se protegem junto à divisória da pista enquanto bandidos e policiais se enfrentam



em avançar devido às barricadas de veículos incendiados pelos traficantes.

Inicialmente, a operação era para prender e bandidos da quadrilha de Peixão que atuam no roubo de cargas — inclusive, um galpão repleto de mercadorias foi estourado. Mas, na

incursão, as equipes receberam a informação de que o chefe do tráfico estava nas proximidades e tentaram prendê-lo. Daí o confronto se intensificou.

No começo da noite, quando a circulação do transporte na região foi liberada, bandidos voltaram a atacar a Zona

Norte em três pontos: na Avenida Brasil, na altura de Irajá e de Guadalupe — onde atravessaram e incendiaram um ônibus — e na Avenida Martin Luther King, também em Irajá. Vários engarrafamentos se formaram na região, prejudicando a volta para casa. (FG)

PÉ-DE-MEIA

Plenário do TCU libera recursos do programa

O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu, ontem, revogar a medida cautelar que suspendeu os repasses de fundos para o Pé-de-Meia. Determinaram, porém, que o governo federal tem 120 dias para adequá-lo às regras orçamentárias. De acordo com a decisão, a execução do programa educacional poderá ser feita fora do Orçamento, até a deliberação do Congresso sobre o tema.

Os ministros votaram um recurso apresentado pela Advocacia-Geral da União (AGU) para desbloquear a verba do Pé-de-Meia. No fim de janeiro, o TCU manteve, por unanimidade, uma cautelar do relator do caso, Augusto Nardes, que suspendeu o repasse de R\$ 6 bilhões para o programa. O entendimento da área técnica era de que o governo não poderia usar um fundo de natureza privada para custear e gerir a poupança dos estudantes com recursos fora do Orçamento da União.

Na sessão, os ministros acataram, com alterações, o voto apresentado pelo ministro Bruno Dantas. Em seu acórdão, ele propôs a revogação da cautelar, determinando que, em 120 dias, o governo encaminhe uma solução ao Congresso sobre Pé-de-Meia — seja um projeto de lei visando à abertura de crédito suplementar, com cancelamento de outras despesas em montante equivalente, ou “outro expediente legal que respeite o regime constitucional do orçamento público”. Os ministros decidiram, no entanto, flexibilizar esse ponto e determinar apenas que o governo “tome providências” nesses 120 dias para incluir o programa no Orçamento.

Em seu voto, Dantas propôs autorizar, excepcionalmente, a execução do programa temporariamente, permitindo a utilização dos recursos bloqueados do Fundo de Custeio da Poupança de Incentivo à Permanência e Conclusão Escolar para Estudantes do Ensino Médio (Fipem), oriundos do Fundo Garantidor de Operações (FGO) e do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEduc), até a deliberação do Congresso sobre o tema.

O ministro Jorge Oliveira sugeriu uma proposta mais dura, de estabelecer que o programa poderia ser executado fora do Orçamento em até 120 dias, mas foi voto vencido. Em resposta ao ministro, Dantas reiterou que nada impede que o relator do caso, Augusto Nardes, defira outra cautelar daqui a 120 dias. “Não podemos criar a figura da imposição de prazo para o Congresso deliberar”, justificou Dantas.

Relevância

Na sessão, os ministros ressaltaram que o programa tem grande relevância, mas reiteraram a importância de ajustes na operacionalização, já que o arranjo financeiro vigente afronta princípios e normas legais e constitucionais.

O Pé-de-Meia, sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 16 de janeiro de 2024, cria incentivos financeiros para estudantes do ensino médio matriculados em escolas públicas e integrantes de famílias beneficiárias do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Os beneficiários recebem uma bolsa de R\$ 200 por mês e uma poupança adicional de R\$ 1 mil ao fim de cada ano da etapa.